

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JENIFFER HESPANHA DOS SANTOS

**O ESPAÇO DIVIDIDO: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E
O DIREITO À CIDADE EM SINOP, MATO GROSSO**

**CÁCERES/MT
2021**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JENIFFER HESPANHA DOS SANTOS

**O ESPAÇO DIVIDIDO: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O
DIREITO À CIDADE EM SINOP, MATO GROSSO**

Projeto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmica espacial

Orientador: Dr. Evaldo Ferreira

**CÁCERES/MT
2021**

RESUMO

O presente estudo realizará uma discussão para compreender as dinâmicas e os agentes modeladores que fazem parte do crescimento do espaço urbano do município de Sinop, estado de Mato Grosso, abordando as políticas públicas que foram utilizadas para fundação do município em questão e se essas políticas influenciaram em um espaço urbano segregado. Terá como base o materialismo histórico, e como procedimentos técnicos serão utilizados a pesquisa documental, para analisar o Plano Diretor e a Lei Orgânica Municipal, pesquisa a campo no Museu Histórico de Sinop e na Prefeitura Municipal, para buscar analisar o processo histórico da cidade, e a pesquisa descritiva para observar as características da cidade. Esses procedimentos serão necessários para que se obtenha e alcance o objetivo geral que é analisar o processo da produção do espaço urbano, e se nessa produção, ocorreu/ocorre a segregação socioespacial, realizando, assim, uma reflexão crítica sobre as ações do poder público diante desse processo segregatório condicionado no município. Desta feita, espera-se que a pesquisa contribua com o pensamento crítico sobre a produção do espaço urbano na Ciência Geográfica, evidenciando os conflitos e as contradições embutidos nessa produção, sendo a segregação socioespacial, uma de suas materializações. Espera-se ainda que os dados obtidos e analisados sirvam como base para pensar os espaços da cidade, de forma a atender a todos os cidadãos, permitindo o acesso e o direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Urbano. Segregação Socioespacial. Poder Público. Sinop-MT.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
1.1	Objetivos	06
1.1.2	Objetivo geral	06
1.1.3	Objetivos específicos	07
1.3	Problema da pesquisa	07
1.4	Justificativa da pesquisa	08
2	METODOLOGIA	08
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
3.1	A produção do Espaço Geográfico	10
3.2	A produção do Espaço urbano	15
3.3	Espaço urbano e a função do Estado	19
3.4	Segregação socioespacial e o direito à cidade	23
	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO	28
	RESULTADOS ESPERADOS	28
	REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A pesquisa traz uma discussão para compreender as dinâmicas do crescimento do espaço urbano do município de Sinop/MT, abordando as políticas públicas que foram utilizadas para fundação do município e se essas políticas influenciaram em um espaço urbano segregado.

Para Silva (2014), a escolha para a construção do município, localizada às margens da BR 163 (Cuiabá-Santarém) foi determinante para a criação de uma cidade polo, no qual os moradores das cidades vizinhas puderam se deslocar para o município e realizar as atividades que desejavam.

Como o município hoje é cercado por outras cidades menores, foi o que realmente aconteceu, as pessoas vem para Sinop em busca de emprego, ou estão de passagem, para resolver outras questões. Desse modo, o município acaba servindo como um Centro regional para os moradores de outros municípios próximos.

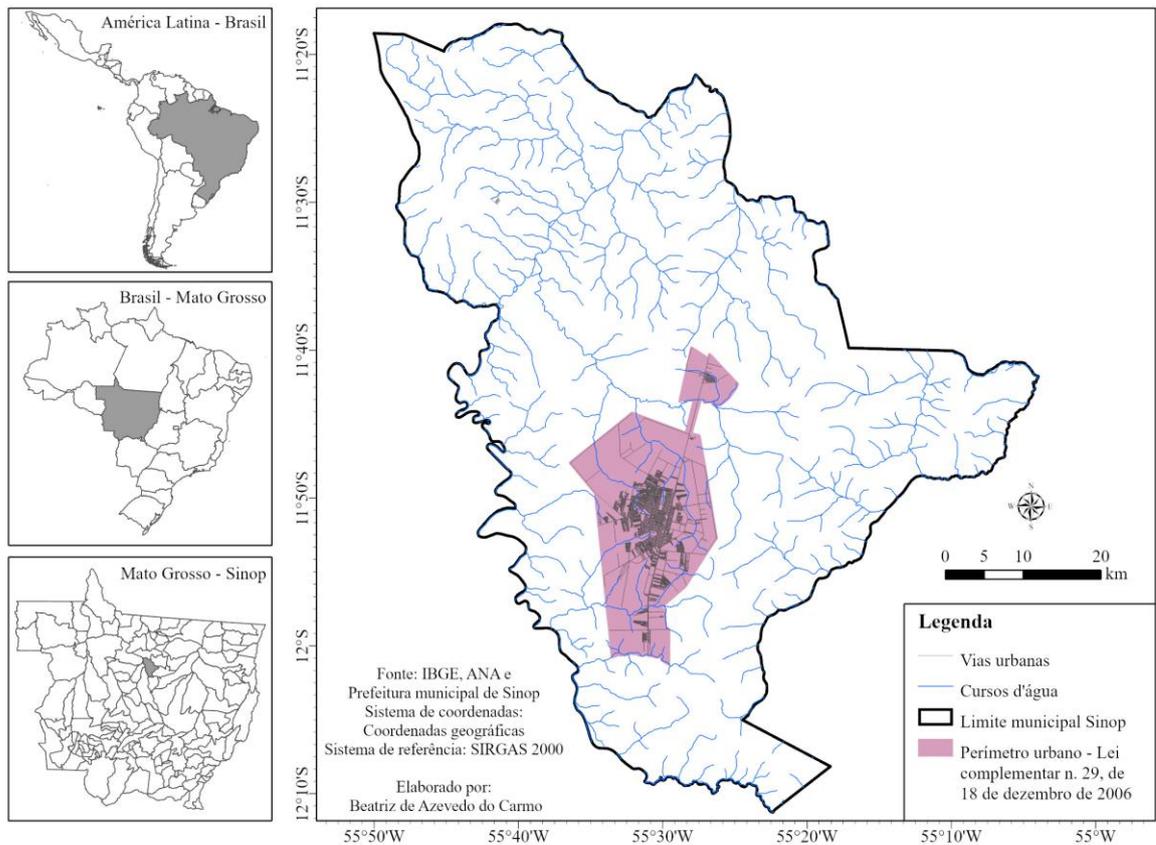
Segundo dados obtidos através do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021):

O Distrito criado, com a denominação de Sinop, pela Lei Estadual n.º 3.754, de 29 de junho de 1976, subordinado ao município de Chapada dos Guimarães, foi fundado em 14 de setembro de 1974, é resultado da política de ocupação da Amazônia Legal Brasileira, desenvolvida pelo Governo Federal na década de 1970, e seu nome deriva das letras iniciais da colonizadora que projetou a cidade: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná -Sinop, o responsável pela empresa imobiliária na época era o Enio Pipino. (IBGE, 2021, pag. 1)

Conforme informações no sítio da Prefeitura Municipal (2021), Sinop alcançou a sua autonomia política através da Lei 4.156, de 17 de dezembro de 1979, assinada pelo Governador Frederico Campos, sendo desmembrada do município de Chapada dos Guimarães, se tornando município.

De acordo com o IBGE (2021), o município possui uma extensão territorial de 3.990,87km², contando, atualmente, com uma população estimada em 148.960 mil habitantes para este ano de 2021. A (Figura 01), apresenta o mapa de localização do município. O mapa está delimitando o limite do município, e o perímetro urbano.

Figura 01: Localização do município de Sinop/MT



Fonte: Carmo (2021).

A fundação foi realizada entre uma parceria do setor público e privado, ou seja, desde sua fundação Sinop teve participação do setor imobiliário. O foco do estudo será realizar uma análise de como esse espaço foi projetado, qual o papel do Estado no desenvolvimento do município, e quais foram os critérios e motivos para a sua fundação, projetado para qual tipo de população esse espaço foi e vem sendo produzido.

Sendo assim, faz-se necessário o estudo desses processos para entender de que forma esse espaço urbano vem sendo transformado, e se essa transformação caracteriza uma segregação socioespacial.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o processo da produção do espaço urbano, e se ocorreu/ocorre a

segregação socioespacial na cidade de Sinop/MT.

1.1.2 Objetivos Específicos

Analisar o processo de produção do espaço urbano em Sinop/MT;

Verificar se há segregação socioespacial no município em questão;

Realizar uma reflexão crítica sobre as ações do Poder Público perante a segregação socioespacial presente no município;

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

A produção do espaço é um processo contraditório e desigual, especialmente sob a influência do capitalismo, sendo assim essas relações estão materializadas no espaço. Nesse contexto, a segregação socioespacial é uma questão que necessita ser debatida, pois ela tem se apresentado fortemente nas cidades brasileiras.

Nessa mesma linha de raciocínio, Santos (1994), converge para o papel do Estado e da legislação urbana. A cidade como produto social que foi apropriada privativamente é o resultado de uma socialização capitalista.

Segundo Corrêa (1991), o Estado é um dos agentes que atua na produção do espaço urbano e sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. O mesmo autor (1991) salienta que o Estado dispõe de mecanismos que podem inibir a produção espacial urbana desigual. Dentre esses mecanismos destacam-se as políticas públicas.

Sendo assim, as questões que se colocam são as seguintes: a produção do espaço urbano em Sinop/MT, tem ocorrido de forma a promover a segregação socioespacial? Qual a contribuição do Estado nesse processo? A segregação socioespacial possui quais características neste município?

Parte-se, nesse projeto de pesquisa, da hipótese de que o município em análise, sendo o espaço urbano, uma produção do capital, ela será desigual e contraditória, dando indícios para a promoção de espaços segregados e que o Estado tem sido um agente, que ao invés de conter esse processo, atua contribuindo

para o seu reforço.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A proposta de pesquisa assume relevante importância porque pretende fazer uma reflexão acerca do papel do Estado na produção espacial urbana no município de Sinop/MT, buscando analisar se o Estado atua promovendo a segregação socioespacial e quais são os agentes modeladores desse processo.

A escolha da área de estudo foi com intuito de analisar as transformações que acontecem no espaço urbano do município em questão.

2 METODOLOGIA

O método de abordagem teórica que será utilizado, será o materialismo histórico e o, que, para Lakatos e Marconi (2003), consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

A primeira parte da pesquisa faz-se o uso de levantamento bibliográfico, ou seja, realizar um referencial teórico como base deste projeto, que são a produção do espaço geográfico, espaço urbano, função do Estado, segregação socioespacial, direito à cidade, dentre outros.

Para o conceito de produção do espaço geográfico foram serão visitadas obras dos autores: Barrios (1986), Braga (2007), Corrêa (1982 e 2012), Harvey (2005), Lefebvre (1976), Moraes (1990), Moreira (1982), Santos (1978 e 1979), Saquet e Silva (2008).

Quanto ao conceito de produção do espaço urbano, os autores, serão: Alvarez (2013), Carlos (1994, 2004 e 2011), Cavalcanti (2001), Corrêa (1984 e 1991), Ferreira e Penna (2005), Limonad (1999), Moreira Junior (2010), Ortigoza (2009), Silveira (2003), Lefebvre (2001), Santos (2004), Silva (2014).

Na discussão do espaço urbano e a função do Estado, trataremos os autores: Andrade (2012), Barbosa (2016), Botelho (2007), Carlos (2001 e 2020), Dumont (2014), Eliete Santos (2007), Maricato (2000), Souza (2011), Santos (1997).

Para finalizar, a fundamentação sobre o processo de segregação socioespacial e o direito à cidade, serão debatidas por: Carlos (2007), Castells (1983), Harvey (2010), Lojkin (1997), Rolnik (1995), Villaça (2001), Oliveira Neto e Carmo (2014), Soja (1995), Rocha (2011), Sposito (1996).

Os próximos passos para a pesquisa, será a utilização da pesquisa documental que se assemelha muito à bibliográfica, diferenciando apenas pelo tratamento dos dados a serem analisado. Segundo Gil (2002) a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de estudo. Na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.

Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos, entre outros, e há também os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.

Será nessa etapa que realizaremos a análise dos documentos como Plano Diretor do Município e a Lei Orgânica municipal de Sinop-MT, que serão necessários para descrever as características de como e por quem o município foi projetado, quais foram os requisitos utilizados para ser produzido esse espaço urbano e se esses requisitos contribuem ou não para o processo de segregação socioespacial.

A próxima etapa, será a pesquisa a campo, que para Gil (2002), tem uma maior profundidade de conhecimento, pois o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, onde ele irá criar uma relação direta com o estudo. Essa etapa será realizada na Prefeitura Municipal e no Museu Histórico de Sinop, para entender melhor a área de estudo, como a cidade foi formada e seu espaço organizado.

Para buscar informações sobre a formação do município de estudo serão estudados os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Imagens de Satélites, e para verificar o processo de expansão urbana também se utilizará o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Neste contexto será realizado o mapeamento do uso e ocupação da terra urbana e, para pensar de que forma e por quem esse espaço urbano é realmente utilizado, será realizada outra pesquisa a campo, para identificar quais os tipos de construções, comércios que estão localizados nas áreas centrais do município e como está especializada a população mais carente.

Por fim, após análise e estudo dos materiais, será feita uma observação a respeito de como o poder público do município e do Estado atuam dentro desse crescimento do município, verificando os processos e quais são os planejamentos para suprir as necessidades da população que vive e usufrui desse espaço. A partir do auxílio de mapas será possível descobrir se existe no município o processo de segregação socioespacial urbana.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente toda pesquisa necessita de uma fundamentação teórica, que consiste na revisão de textos, artigos, livros, entre outros, pois serve para o embasamento teórico e metodológico do pesquisador em suas análises. Assim, este item da pesquisa é de fundamental importância, pois proporciona o levantamento do que já foi escrito sobre o tema em análise e as formas de abordagem. Com este intuito, faz-se a seguir a abordagem teórica sobre a produção do espaço geográfico, a produção do espaço urbano, espaço urbano e a função do Estado, finalizando com a discussão sobre segregação socioespacial e o direito à cidade.

3.1 A produção do Espaço Geográfico

Para Corrêa (2012), a expressão espaço geográfico, ou simplesmente espaço, aparece como vaga, estando associada a uma porção da Terra, identificada seja pela natureza, seja por um modo como o homem inseriu suas marcas. E a

palavra espaço tem o seu uso associado em diversas escalas, global, continental ou regional.

Ainda para Corrêa (1982) o espaço geográfico é a morada do homem e abrange a superfície da Terra. O autor destaca ainda Harvey, que mostra três abordagens do espaço (não excludentes): uma primeira abordagem do espaço é a do espaço absoluto. Seria o espaço em si, receptáculo. Tem base em Newton e Kant e influenciou geógrafos alemães (como Humboldt e Hettner), Hartshorne e La Blache; A segunda abordagem é a do espaço relativo, que seria a distância. Foi um conceito muito utilizado por outras ciências, pela Escola de Ecologia Humana de Chicago, pelos seguidores de von Thünen. A terceira é a abordagem do espaço relacional, na qual um objeto só existe em contato com outros.

Neste texto de Corrêa (1982) esses conceitos não são excludentes e que refletem os diferentes valores de uso e valores de troca. Na qual, o autor cita que o espaço é social e é inseparável do tempo. Os atores principais seriam os proprietários dos meios de produção e o Estado, que procuram sempre a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho.

E, de acordo com Moraes (1990), o espaço de Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, com isso o domínio do espaço transforma-se em um elemento importante na História do homem. Na visão Hartshorniana o espaço é um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa.

Segundo Corrêa (2012), o espaço aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefebvre (1976), o espaço é entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFEBRE, 1976, p. 29), nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetivado, objetivado, portanto *funcional* (LEFEBRE, 1976, p. 30 – grifo do autor).

Ou seja, o espaço não é nem o ponto de partida, sendo um espaço absoluto, nem o ponto de chegada, o qual seria o espaço como produto social. Ainda para o autor, o espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre (1976), o espaço é mais do que isto. Engloba esta

concepção e ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFEBRVE, 1976, p. 34).

A análise de Milton Santos propõe:

O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social e, por conseguinte, “natureza socializada”, ou aquilo que os geógrafos denominam e conhecem por espaço ou espaço geográfico. (SANTOS, 1978, p. 128).

Ainda na análise de Santos (2008), o espaço pode ser classificado como um conjunto de objetos e de relações que se realizam com estes objetos. Sendo assim, o espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, entrelaçado pelas forças produtivas e pelos meios de produção.

E é esse espaço geográfico que vai se transformar, participando de forma igual do meio social e do físico, se tornando uma mistura. A qual não irá ser possível obter tais significações separadas dos objetos.

Braga (2007), cita uma perspectiva mais voltada para o aspecto cultural-simbólico, de Paul Claval e Yi-Fu Tuan que são de fundamental relevância. O geógrafo francês Claval mostra que a cultura é herança da comunicação, com papel fundamental da palavra, que transforma o espaço cultural em espaço simbólico. Seria a mediação sociedade-natureza através das técnicas e deve sempre ser tomada como uma construção. A cultura é a ordem do simbólico. O espaço é onde ocorrem as manifestações. O geógrafo chinês Tuan adota uma abordagem mais voltada para o comportamento e a percepção. Esta estaria relacionada não só aos nossos sentidos, mas também à nossa visão de mundo, à nossa cultura (herança em comunhão com os nossos sentidos). E para eles o espaço seria uma mistura entre o eu/mundo.

Para Barrios (1986) o espaço geográfico como unidade das práticas espaciais, é a base material, física modificada pela ação humana. É o tempo materializado. O espaço geográfico é resultado da produção humana. Tal produção abarca pelo menos três níveis: econômico, cultural-simbólico e político.

Para Santos (1978), o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1978, p.122).

[...] o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Ainda para Santos (1978):

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

Para Saquet e Silva (2008), o geógrafo Milton Santos, entendia que o espaço precisa ser considerado como totalidade: um conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. O espaço é resultado e condição dos processos sociais, elaboração amplamente difusa na geografia dos anos de 1970 e 1980 em países como a França, Estados Unidos e Brasil, pois era compreendido como uma categoria fundamental quando predominava a utilização de princípios do materialismo histórico e dialético.

Na análise de Santos (1978), o espaço social pode ser chamado de espaço humano, que é o lugar de vida e trabalho, onde o homem faz morada, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

De acordo com Santos (1978), a forma é analisada como um aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos: as formas espaciais; função é a atividade que o objeto criado irá desempenhar; onde a estrutura-social-natural é definida historicamente: é nela que as formas e funções são criadas e instituídas. As formas e as funções variam no tempo e assumem as características de cada grupo social. É uma concepção histórica e relacional de geografia e do espaço.

Harvey (2005), comenta que:

Nessa relação espaço e sociedade, surge à produção de uma organização espacial que é moldada pelas ações do modo de produção capitalista. Assim, as relações espaciais, se expressam pela territorialidade. Tal territorialidade apresenta dimensões sociais primordiais, que são materializadas pelos elementos espaciais essenciais ao processo de produção do espaço geográfico e, por conseguinte do espaço urbano, pois o “espaço geográfico é sempre o domínio do concreto e do específico” (HARVEY, 2005, p. 145.)

De acordo com Saquet e Silva (2008), o conceito de espaço é central em sua abordagem eminentemente econômica e política, o espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, pelo fato de se tratar do local de moradia do homem e do lugar de vida, sendo assim, precisa ser constantemente reorganizado.

Para Santos (1979), como o espaço é organizado socialmente, espaço e natureza são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma instância transformada, uma segunda natureza, conforme Marx a denominou. O espaço, dessa maneira, corresponde às transformações sociais feitas pelos homens.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

Saquet e Silva (2008), comentam que o espaço é como uma matéria trabalhada, que se constitui em um dos objetos sociais com maior imposição sobre o homem, ele faz parte do cotidiano dos indivíduos, por exemplo, a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam a prática social. O espaço, mais uma vez, é produto e condição da dinâmica socioespacial.

De acordo com Santos (1979), há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo.

Sabemos que a produção do espaço deve sempre suprir as necessidades das populações, porém sabemos que não é dessa forma que acontece esse processo de organização. Contudo, vejamos no próximo capítulo como ocorre a produção do espaço urbano.

3.2 A produção do Espaço Urbano

O espaço urbano, segundo Corrêa (1991), pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas, onde se considera também os diferentes usos da terra, que podem ser definidos como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, áreas sociais, de lazer, locais de trabalho, entre outros diferentes usos, em que o conjunto desses usos gera a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano.

E sobre a produção desse espaço, Ferreira e Penna (2005) apontam que:

Os diferentes territórios da cidade não se definem apenas como uma base sobre a qual se formam as identidades urbanas, mas operam de forma dinâmica para a constituição dessas identidades, sejam elas a pobreza, a riqueza ou a violência. Essa abordagem da realidade tem por base a noção de “produção do espaço urbano”, na qual o espaço da cidade não é apenas um elemento transitório da sociedade, um receptáculo das relações sociais, ou mesmo, um pano de fundo das mesmas. (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 157).

Do ponto de vista de Cavalcanti (2001), para que se construa o entendimento do espaço urbano é preciso considerar que ele é uma produção e que esta produção é contraditória, sendo que uma produção racional/técnica desse espaço pode resultar em uma segregação socioespacial.

Entretanto, neste espaço também se identifica, de forma contraditória, produções que objetivam superar a racionalidade e garantir o direito à produção da vida, ou seja, o espaço urbano é resultado de conflitos entre o interesse do capital e da sociedade como um todo (CARLOS, 2004).

Ainda para Carlos (2004) a produção urbana é como um processo que envolve relações de troca materiais e imateriais, sendo assim é possível entender que o espaço urbano se dá a partir das relações entre os que ali vivem.

Segundo Ortigoza (2009), o espaço urbano é reflexo, tanto de ações que se realizam no presente, como aquelas que aconteceram no passado e deixaram suas marcas na forma espacial. Por ser reflexo da sociedade, o espaço urbano configura-se desigual, múltavel e complexo. As ações engendradas na produção do espaço sob o capitalismo trazem como uma possível consequência o espaço segregado, na qual o homem faz parte desse processo segregador.

Limonad (1999) sobre esta questão expõe que:

Seria no espaço socialmente produzido, o espaço urbano do capitalismo mesmo no campo, onde se reproduziriam as relações dominantes de produção através de um espaço social concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades da produção e do capitalismo. (LIMONAD, 1999, p. 73).

Através dessa perspectiva citada por Limonad (1999), percebe-se então que a produção do espaço urbano não se faz somente com a produção do homem e suas ações no cotidiano, mas com a ajuda da crescente influência do capitalismo.

Corrêa (1991) esclarece sobre a contradição explícita no espaço urbano.

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaços. (CORRÊA, 1991, p. 11).

Segundo Moreira Junior (2010), o espaço urbano é produzido de modo desigual, em um processo complexo e dinâmico, onde ocorre tanto a expansão do tecido urbano quanto a verticalização em determinadas partes das cidades.

Corrêa (1984) defende que:

[...] Em primeiro lugar, o espaço urbano capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista, refletindo, de um lado, a desigualdade social expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida, de outro, as diferenças locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade. Em segundo lugar, ressalta-se que por ser reflexo social e porque a sociedade apresenta dinamismo, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. Mas é preciso considerar que a cada transformação o espaço urbano se mantém desigual, ainda que as formas espaciais e o arranjo delas tenham sido alteradas. Mantém-se, ainda, fragmentado e articulado (CORRÊA, 1984, p. 16).

Silveira (2003) expressa que a reflexão sobre o espaço urbano enquanto produto social e histórico demonstra que o trabalho acumulado através de gerações o modifica, o transforma e o humaniza.

Sendo assim, esse espaço urbano sofre alterações constantemente, devido ser um espaço produzido por ações que realizamos no dia a dia.

Com isso, afirma Carlos (1994), que o urbano não se restringe apenas ao conjunto de edificações e concentração demográfica, mas se refere também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que interagem na formação econômica e social, portanto, transcende o modo de produzir e se estabelecer no espaço, sendo do mesmo modo uma forma de consumir, pensar, sentir, ou seja, um modo de vida.

Neste contexto, conforme Carlos (2011, p. 62), o espaço urbano é uma construção social que resulta de suas condições e contradições, portanto a autora entende que a “[...] produção do espaço, a partir da geografia, permite concebê-lo como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição com a própria sociedade”.

Para Lefebvre (2001), o urbano que é representado pelas relações sociais a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, não se desvincula de uma morfologia, ou seja, ele apresenta uma forma. Por conseguinte, concluindo o pensamento do autor o urbano precisa estar ligado ao plano “prático-sensível”, à forma concreta para a materialização dessas relações.

Santos (2004) considera que as formas e o tempo são componentes vitais da história do espaço urbano, pois, esses conceitos permitem a investigação das atividades realizadas na cidade, de questões como divisão do trabalho, de classe, entre outros.

Nesse sentido, menciona-se a argumentação dada por Alvarez (2013):

[...] o sentido do espaço urbano ultrapassa o da concentração-distribuição de pessoas, equipamentos coletivos, infraestrutura e atividades produtivas; o espaço é entendido aqui como produto e condição de práticas e relações sociais que são também espaciais, o que envolve, necessariamente, a dimensão do uso, da presença e da possibilidade da apropriação. (ALVAREZ, 2013, p. 112).

Em vista disso, compreende-se que no bojo da produção do espaço urbano encontram-se diferentes agentes sociais que participam de forma direta e indireta da formação do espaço urbano.

Segundo Santos (2004) essas formas mudam na paisagem urbana, pois estão vinculadas ao acúmulo no processo histórico, refletindo fragmentos de tempo materializado, revelando distintas práticas econômicas e sociais, em razão de fatores diversos. E são construídas, destruídas e reconstruídas, de acordo com os anseios da sociedade e da sua dinâmica na apropriação do espaço urbano.

Para Silva (2014), o espaço urbano sofre adaptações:

O espaço urbano vai se adaptando em consonância com as formas de ocupação e a forma de utilização, todavia, no modo capitalista de produção, o valor material do espaço, seu valor de uso é substituído gradativamente pelo seu valor de troca; nesse processo de transferência de valores sobressai-se a intensa participação do setor imobiliário, para as práticas de produção espacial e a procedente reprodução do capital. (SILVA, 2014, p. 86).

Ainda nas observações de Silva (2014), o setor imobiliário, é sempre visto como prioridade, significando que o espaço é produzido segundo as vantagens desse setor, que sempre visa o lucro, então, a cidade se direciona para atender aos interesses do capital, contrariando a função social.

O que deixa de lado a real necessidade das pessoas que residem nesses espaços urbanos, pois se os mesmos não são detentores de uma renda mais elevada, eles não estarão inclusos nessas áreas que se expandem dentro do espaço urbano.

Segundo Vilarinho Neto (2010), o processo de produção do espaço urbano das cidades brasileiras, é controlado pelos agentes do ramo imobiliário:

[...] Porque ele é produzido de acordo com a especulação imobiliária, haja vista que eles adotaram um método próprio geral para todo o espaço urbano brasileiro que consiste em parcelar a área urbana, usando o seguinte método: o novo loteamento que surge, deixa sempre entre ele e o anterior já equipado uma área sem edificações, sem lotear, porque a reivindicação dos moradores desse novo loteamento é para o poder público equipá-lo com os serviços urbanos, o que automaticamente, supervalorizará a área não edificada, pelo fato de a mesma servir de passagem obrigatória para esses equipamentos. (VILARINHO NETO, 2010, p. 03).

Ainda na perspectiva de Silva (2014), a especulação imobiliária se baseia no fato de que a residência/moradia e a terra são elementos imprescindíveis para a sobrevivência humana, e além disso, representa o símbolo de ascensão social, manifestando-se, em um valor de troca.

Ou seja, separa uma área que antes não era valorizada, equipa e deixa essa área com instalações de asfalto, esgoto, energia e água, em seguida faz o processo de divulgação desse terreno/loteamento. Fazendo com que pessoas de melhor poder aquisitivo tenham interesse nesses loteamentos fechados.

Neste contexto, seguiremos analisando o espaço urbano, buscando saber qual a relação que o Estado tem com esse processo urbano.

3.3 Espaço Urbano e a função do Estado

A partir do pensamento de Corrêa (1991), observa-se que os agentes sociais fazem e refazem a cidade, são eles: os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e logo mais à frente estão inseridos também os grupos sociais excluídos. Todos eles participam do processo de construção e constituição da cidade que dão movimento ao espaço urbano, pois, cada um percebe e atua conforme seu papel na sociedade, para fazer da cidade seu espaço de vivência, de poder e significação.

Segundo Carlos (2020):

[...] o fato de que a produção do espaço, pela sociedade e sob a égide do Estado, ganha um caráter estratégico. Isto é, o Estado regulador impõe as relações de produção sob a forma de dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade enquanto reprodução continuada do capital e de seu poder. No plano teórico, a busca de coesão, coerência e equilíbrio baseada na eficácia do que se chama “desenvolvimento sustentável”, ao eliminar os conflitos e contradições, vê-se envolta pela ideologia. E assim a crítica ao Estado se reduz ao problema da gestão administrativa da cidade e de sua capacidade produtiva. (CARLOS, 2020, p. 363).

Partindo desse pressuposto, adentra-se na questão da participação do Estado para a produção do espaço. Segundo Corrêa (1991):

O Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte, o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano. (CORRÊA, 1991, p. 3).

A cidade apresenta diversas formas, que são constituídas por seus habitantes, onde estão inclusos desde o mais pobre, que na maioria das vezes não tem acesso aos bens privados e públicos, ao mais rico, detentor das melhores condições, tanto sociais quanto financeiras, e essas diferenças interferem na construção das diferentes estratégias de planejamento e gestão, elaboradas pelo município e Estado.

Conforme a concepção de Santos (2004):

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2004, p. 39).

Para Santos (1997) a sociedade se organiza condicionada pelas estruturas existentes e essas interferem nas relações que se estabelecem no espaço, de forma que proporcionam a criação de novas estruturas ou novas formas de adaptação às já existentes. Para melhor entendimento dessas palavras de Milton Santos, Eliete Santos (2007) explica que:

A organização racional que se dá na cidade através dos meios burocráticos de planejamento, gestão e parcelamento do solo conduz os indivíduos da cidade a se adequarem às formas e aos códigos institucionais que lhes impõem condutas de vida, condições de moradia, de acesso aos equipamentos de saúde, lazer, ensino, transporte, circulação, etc. (SANTOS, 2007, p.35).

É importante frisar que a estrutura em que se refere Santos (2007), como se observa na citação acima, são o poder político, jurídico, institucional, dentre outros; ou seja, é a forma como a sociedade se organiza.

Ainda em conformidade com Santos (2007), os sistemas de ações, em outras palavras, as relações sociais, que se formam no espaço urbano usam as estruturas e constrói novas organizações materiais no espaço através da participação e das diferentes formas de reivindicações para melhor uso e acesso à cidade, isto porque as estruturas urbanas não atendem democraticamente as necessidades da população urbana como um todo, por conseguinte, são elas mesmas que criam as condições que levam ao processo de segregação socioespacial, portanto, complementando a autora entende-se que a consequência disso é que uma parcela considerável da população fica sem assistência.

Barbosa (2016), enuncia que a Constituição Federal de 1988 concedeu ainda através dos Artigos 182 e 183, que trata da Política Urbana, à sociedade brasileira e às três esferas de poder, um processo que redefine competências, transferindo aos Estados e aos Municípios a participação na gestão das Políticas Sociais, principalmente a de habitação de interesse social. A inserção da política urbana na Constituição Federal de 1988 foi um passo importante para se pensar o planejamento e ordenamento do espaço urbano com vistas a garantir que a cidade exerça a sua função social, especialmente no que se relaciona ao acesso à moradia.

Entretanto, entende-se que o papel do Estado na produção de moradias não se faz de suma importância somente para a reprodução da força de trabalho do setor mencionado acima ou de qualquer outro setor da economia, mas é fundamental para a própria produção da vida, do sujeito em si.

A ação do Estado, em conformidade com o exposto anteriormente, aponta para uma atuação contraditória desta instituição, pois, conforme Souza (2011), o Estado é um agente planejador e promulgador de lei como planos diretores, zoneamentos, legislação urbana/urbanística federal e estadual etc.; portanto teria como dever evitar a consolidação da segregação socioespacial, atendendo as necessidades de todos os cidadãos de forma equitativa, mas o que se verifica é o atendimento aos interesses dos mais abastados, onde a população de menor renda acaba sendo sempre excluída de alguns benefícios.

Botelho (2007) cita que:

Na formação de um espaço urbano segregado, o Estado possui papel fundamental, pois “nenhum mercado ‘privado’ poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para

a sua quebra, estando, pois, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação” (BOTELHO, 2007, p. 36).

A ação do Estado se torna cada vez mais capitalista, na maioria das vezes visando o fortalecimento da classe burguesa, e excluindo a classe de baixa renda, contudo Carlos (2001) contribui dizendo que:

A ação do Estado- por intermédio do poder local- ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. [...]o espaço produzido assume a característica de fragmentado (em decorrência dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). (CARLOS, 2001, p.15).

Neste contexto, Dumont (2014), comenta sobre a questão fundiária e imobiliária:

Assim a questão fundiária e imobiliária constitui-se como elemento definidor do processo de urbanização no Brasil, como obstáculo ao acesso aos direitos sociais, a exemplo, o direito à habitação. Isso porque os investimentos públicos estão voltados para o mercado imobiliário, enquanto as carências básicas de grande parte da população já assentadas não recebem manutenção. É a configuração de uma cidade segmentada em espaços para cidadãos e não cidadãos, onde se materializa um processo de segregação e exclusão. (DUMONT, 2014, p. 133).

Ainda para Dumont (2014), a cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria através do mercado imobiliário, um déficit artificial de lotes e/ou moradias urbanas.

Sendo assim, para Maricato (2000), deve-se fazer uma gestão democrática, com a criação de um espaço de debate democrático, com a real situação das cidades, e a substituição do Plano Diretor por um Plano de Ação, em que há efetivamente o controle e orientação de investimentos, criação de serviços para fiscalizar o uso e a ocupação do solo, dando ênfase às ações sociais, ambientais e econômicas, de modo a detalhar planos executivos com prioridade para habitação, transporte público e meio ambiente.

Onde se sabe que com essas metas seria mais fácil ter uma perspectiva de uma cidade do cidadão, na qual os direitos e deveres de todos seriam cumpridos, diferentemente da cidade do capital, que é marcada pela presença da pobreza.

3.4 Segregação socioespacial e o direito à cidade

Marisco (2020), comenta que o conceito de segregação socioespacial e exclusão social vem sendo debatido nos meios acadêmicos desde a década de oitenta, procurando sempre analisar quais os impactos na sociedade como um todo.

Ainda na perspectiva de Marisco (2020), ao buscar a palavra segregar, é encontrado os significados de separar, isolar, evitar aproximação, pôr-se à margem.

Para Villaça (2001, p. 142) “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro da metrópole”.

Cavalcanti e Araújo (2017), citam que:

As desigualdades sociais resultam em segregação socioespacial e são reforçadas por ela. Essas áreas segregadas existentes nas cidades são causadas pela constante fragmentação dos espaços pela interferência do capital e dos agentes que o compõe (imobiliário, social, político). Nesse sentido, a produção do espaço, entendido como materialização das relações sociais, dá origem a diferentes lugares. Portanto, pode-se dizer que a segregação socioespacial na cidade é a expressão geográfica das desigualdades sociais. (CAVALCANTI; ARAÚJO, 2017, p. 142/143).

Segundo Villaça (2001), a segregação socioespacial é produzida pela classe dominante, e por meio dela essa classe exerce sua dominação, visando à apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço urbano. Carlos (2007) complementa a ideia afirmando que o ato de morar revela o modo como o processo de segregação se realiza espacialmente, iluminando uma prática que justapõe morfologia social e morfologia espacial.

Para Carlos (2007):

Esses fatos nos revelam a existência de uma hierarquia social na metrópole, produzindo uma morfologia espacial estratificada apreendida através das diferenciações da paisagem. A hierarquia social está no cerne do processo de produção espacial, que é cada vez mais expressão da articulação entre hierarquia social/hierarquia espacial, revelando a realidade imposta pelas formas de acesso à propriedade privada da terra urbana, em uma sociedade profundamente cindida pelas diferenças de renda. (CARLOS, 2007, p. 36-37).

Sendo assim, percebe-se que a segregação se dá por meio da classe mais alta, pois ela acaba sendo detentora de poder, conseguindo assim escolher o melhor local para morar.

Na perspectiva de Villaça (2001), “as burguesias segregadas controlam a produção do espaço urbano dominando equipamentos centrais e não centrais atraindo-os para sua direção de deslocamento.” (VILLAÇA, 2001, p. 313).

Já Corrêa (1991) afirma que:

O conceito de segregação apareceu com a Escola de Chicago. Sendo definido como um processo ecológico resultante da competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais. Analogamente ao que ocorre no mundo vegetal (CORRÊA. 1991. p.59).

Na qual se sabe que esse processo de segregação vem de longa data, não é recente, pois segundo Corrêa (1991) o primeiro modelo de segregação foi proposto em 1841, pelo geógrafo alemão Kohl, onde, a partir da análise da configuração espacial urbana, ele identifica que a elite e a classe menos favorecida ocupam espaços diferentes na cidade, ou seja, os que habitavam no centro era a elite e os pobres concentravam-se nas periferias.

Corrêa (1991) também cita o modelo de Hoyt de 1939, no qual a segregação espacial assumia não um padrão em círculos em torno do centro, mas em setores a partir do centro, ou seja, automaticamente a partir de um centro já temos em sua volta ou mais distante uma questão relacionada à segregação. Afirmando que é na produção da favela, em terrenos públicos ou privados ocupados, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo o seu próprio espaço.

E neste meio de exclusão e pobreza, que a segregação socioespacial surge como uma forma de afirmação e reprodução do capitalismo. Rolnik (1995) define como este processo se materializa na cidade:

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É este movimento de separação de classes e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação. [...] É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada morador. (ROLNIK, 1995, p.40 e 41).

Para Castells (1983) o processo de segregação socioespacial é o reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, e esta distribuição ocorre de acordo com o nível social dos indivíduos, a partir de determinações políticas, econômicas e ideológicas.

Ou seja, a melhor localização na cidade ficará de posse daqueles com melhor situação financeira, pois poderá pagar por este quesito.

Para Oliveira Neto e Carmo (2014), a segregação é condicionada pelos agentes produtores do espaço que controlam o mercado imobiliário, onde a renda da classe é o determinante do local onde ela irá estabelecer sua residência.

Para Rolnik (1995):

A segregação, do ponto de vista político, é produto e produtora de conflito social, pois o próprio espaço urbano é uma mercadoria, cujo preço é atribuído a seus elementos físicos ou locacionais. Assim, muitas vezes morar em uma cidade cara e segregada é assumir uma condição de não-cidadão, através da auto-construção, ocupação, invasão, divisão de casas, ou da organização de territórios populares, marcados pela clandestinidade (ROLNIK, 1995, p.68).

Lojkin (1997) entende a segregação como uma manifestação da renda fundiária urbana, produzida pelos mecanismos de formação dos preços do solo, esses, por sua vez, determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho.

A partir dessas ações dentro do espaço urbano foi que surgiram as moradias irregulares, devido ao descaso tanto do Estado, que em grande parte é comprometido com os representantes do capital imobiliário. Rolnik (1995) cita que a segregação fica mais evidente com a mercantilização da sociedade e com a organização do Estado moderno.

Para Soja (1993), o Estado é o responsável por essa valorização especulativa na medida em que legitima a ação do setor imobiliário, atribuindo por meio de legislação regulatória, uma série de medidas como os planos de revalorização das áreas urbanas degradadas, e de regulamentação do uso do solo e dos espaços públicos, tudo isso, amplia a mais valia dos capitais imobiliários dessas áreas e, por conseguinte, o capital como um todo.

Segundo Rocha (2011), tudo isso é apenas uma das facetas da segregação urbana, pois o padrão de moradia, (sobretudo as moradias das áreas de ocupação)

reflete um processo de segregação e discriminação no espaço urbano advindo de fatores econômicos sociais e culturais, tais como a renda familiar, as políticas educacionais, as políticas habitacionais e a especulação imobiliária, entre outros. E do ponto de vista da estrutura, a segregação espacial é a mais evidente no processo de urbanização, sobretudo no Brasil, constata-se que o ato de morar na cidade, revela o modo como o processo de segregação é materializado no espaço urbano, impondo uma condição em que a morfologia socioespacial passa a ser cada vez mais segmentada.

Para Carlos (2004):

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS, 2004, p. 141).

Ou seja, ela acaba impedindo a convivência entre os diferentes grupos sociais, presentes em diversas áreas das cidades.

A segregação irá bloquear o indivíduo, limitando seus espaços de uso, basicamente ele irá onde sua renda deixar, e isso fica claro no início da citação de Carlos, pois esse processo acaba que negando o fato do indivíduo morar em um espaço urbano e ter uma vida urbana, onde ele ficará preso a alguns lugares devido ao fato de sua renda não ser compatível com a classe que convive em tal região.

Ainda na percepção de Carlos (2020):

[...] A produção da segregação revela em seu fundamento a negação da vida na cidade, uma estratégia de classe e do poder em seu sentido estratégico. A fragmentação dos espaços para compra e venda dominada pelo valor de troca, bem como a separação referente aos usos e acesso à cidade e a vida urbana criada pela segregação revelam os conteúdos da reprodução das relações sociais de produção (o modo de produção capitalista), o que significa dizer que esta reprodução cria uma prática socioespacial em seu conjunto. (CARLOS, 2020, p. 363).

Conforme Sposito (1996), o pensamento da maioria dos autores se coaduna ao definirem a segregação como uma manifestação espacial das diferenças sociais. Santos (1989) cita que, como consequência dessa segregação, acaba surgindo às

idades ricas e as cidades pobres, onde as mesmas são separadas por uma classe média.

E, para Harvey (2010, apud DUMONT, 2014, p. 135), “a luta pelo o direito à cidade está no centro da luta contra o capital. Assim, uma cidade em que se possa considerar o morador não como objeto, mas como sujeito”, conforme o autor:

“O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital.” (HARVEY, 2010, apud DUMONT, 2014, p. 135).

Ou seja, espera-se que o morador seja observado como parte daquele meio, sendo o sujeito que realiza essas transformações na cidade, mas também o sujeito que usufrui dessas modificações.

Para Carlos (2007), a segregação se apoia na existência da propriedade privada, que se reflete nas diferentes práticas socioespaciais do espaço. Sendo assim, o processo de segregação irá alterar a relação das pessoas que vivem no local, reduzindo os espaços públicos. Essa é uma dimensão importante em que a segregação socioespacial vai afetar de fato o cotidiano das pessoas.

Ainda no entendimento de Carlos (2007), é nessa segregação socioespacial, que a negação do urbano ou da vida urbana será concretizada. É nesse ponto que a autora aponta a luta pelo direito à cidade como um projeto social de superação contra a segregação socioespacial.

De fato, a cidade desenvolve uma função social no dia a dia de cada cidadão, pois é nesse meio que realizamos nossas tarefas diárias, então, se esses espaços estiverem de fato sendo controlado pelos agentes produtores desse espaço segregado. Esse acesso se tornará cada vez mais difícil.

Em relação ao tipo de função social que a cidade exerce, uma delas seria atender e suprir as necessidades da população, como trabalho, lazer, educação, saúde, segurança, funções essas importantes para que se obtenham melhores condições de vida aos moradores.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO

Atividades	2021										2022										2023										
	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A					
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X																
Crédito em disciplinas		X	X	X	X	X	X	X	X																						
Início da Coleta de dados para a pesquisa										X	X	X	X	X																	
Análise do Plano Diretor e a Lei Orgânica municipal de Sinop-MT											X	X	X	X																	
Pesquisa a campo na Prefeitura Municipal e no Museu Histórico de Sinop.- MT													X	X	X	X															
Pesquisa a campo para coleta de dados para produção de mapas de localização do espaço urbano de Sinop-MT														X	X	X	X														
Análise dos dados coletados															X	X	X	X													
Redação da Dissertação para qualificação																	X	X	X	X											
Correção da Dissertação																			X												
Qualificação																					X	X									
Correção da Dissertação com sugestões da Banca.																					X	X	X	X							
Defesa																									X						
Entrega da versão final da Dissertação.																											X				

RESULTADOS ESPERADOS

Com a presente pesquisa pretende-se verificar a produção do espaço urbano do município de Sinop, estado de Mato Grosso, buscando compreender se

de fato ocorre o processo de segregação socioespacial, e quais são os principais agentes e causas dessa divisão do espaço.

Desta feita, espera-se que a pesquisa contribua com o pensamento crítico sobre a produção do espaço urbano na Ciência Geográfica, evidenciando os conflitos e as contradições embutidos nessa produção, sendo a segregação socioespacial, uma de suas materializações.

Espera-se ainda que os dados obtidos e analisados sirvam como base para pensar os espaços da cidade, de forma atender a todos os cidadãos, permitindo assim o acesso e direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. **A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano**. In: VASCONCELOS, P. de A; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: contexto, 2013, p. 11-126.

BARBOSA, Antonio Carlos Leite. (Re) Produção do espaço urbano e valorização mercadológica em Pau de Ferros-RN/Brasil. **Revista Espacios**, vol. 38 (nº 27), p. 1-9, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n17/17381715.html/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRAGA, Rhalf Magalhães. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 22, p. 65 - 72, 2007.

BARRIOS, Sônia. **A produção do espaço**. In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia (Orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, V.11, N.01, 2020, p.349-369

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTI, Lana de S. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano . In: CAVALCANTI , L. de S. (Org.) **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano**. Goiânia: Alternativa, 2001, p. 11-32.

CAVALCANTI, Lana de Souza. ARAUJO, Manoel Victor Peres. **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA**: um conceito em foco. ACTA Geográfica, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.140-159. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4775#:~:text=A%20segrega%C3%A7%C3%A3o%20socioespacial%20%C3%A9%20um,semi%C3%A7os%20b%C3%A1sicos%20e%20ao%20lazer>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço geográfico**: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1984.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço**: um conceito chave na Geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R, L. **Geografia Conceito e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Segregação Socio Espacial e a recente Política Urbana e Habitacional nas cidades Brasileiras. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. Ano 2014 – Edição 13 – Maio 2014, p. 129-145.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da Violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 18, 2005, p. 155-168. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979/77638/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 1-176.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **História do município de Sinop**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sinop/historico>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003, p.1-310.

LEFEBVRE, Henri. **La fin de l'histoire. Paris**. Antropos/ Económica, 2001.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, ano 1, 1999, p. 71-91. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/7/6/>. Acesso em: 05 mai. 2017.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.1-181.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado-Metrópoles Brasileiras**. São Paulo Perspec. vol.14, nº. 4, São Paulo, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6187272/mod_resource/content/2/MARICATO_Urbanismo%20na%20periferia%20do%20mundo%20globalizado_metr%C3%B3poles%20brasileiras.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

MARISCO, Luciane Maranhã de Oliveira. Revisitando autores sobre os conceitos de Segregação socioespacial e exclusão social na análise da produção desigual do Espaço urbano. **Revista contexto Geográfico**, Maceió-AL, v. 5, nº 9, 2020, p. 45 - 56. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/9998>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Introdução** in: Ratzel. São Paulo, Editora Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, nº 33, 2010, p. 110. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15899/8974/>. Acesso em: 18 out 2017.

OLIVEIRA NETO, Vicente Pontes de; CARMO, Judite de Azevedo do. O espaço urbano fragmentado: um olhar sobre Colíder (MT). **Geocomp**, Anais [...]. Colíder, 2014, p. 113-118. Disponível em: <http://www.colider.unemat.br/~eventos/geocomp/anais/>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Geografia e Consumo**: Dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano. 2009. 283 f. Tese (livre docência em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2009, p. 1-283. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106700/ortigoza_sag_Id_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y/. Acesso em: 07 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP (MT). **História do município**. Disponível em: <http://www.sinop.mt.gov.br/A-Cidade/Historia/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROCHA, Altemar Amaral. A Produção do Espaço, Segregação Residencial e desigualdades sociais na morfologia Urbana das Cidades Brasileiras. **Edições UNBE**, 2011, p. 1-14. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3653/3338/>. Acesso em: 16 set. 2018.

SANTOS, Eliete Moreira. A produção do espaço urbano e a imagem da cidade pelo migrante jovem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, nº 24, p. 33-45, Dezembro 2007. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15548/8799/. Acesso em: 08 jul. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo**. In: _____. et al. (org). O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. 4. Ed., Coleção Razão e Emoção. Editora EDUSP, 2004. 308 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: 6ª Ed. Edusp 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **Concepções de geografia, espaço e território**. In: SANTOS MILTON - ISSN 1981-9021- Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Cidade, Corporação e periferia urbana**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SILVA, Valdiney Vieira da. **Abordagem sobre as Políticas Públicas e o planejamento urbano na cidade de Sinop – MT**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Geografia. Cuiabá – MT, Ano 2014, 124p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexos sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Rev. De Geografia**. Dourados, n 4, set-dez 1996, p.71-85.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discussões heterônomos na produção do espaço urbano**. In: CARLOS Ana Fani Alessandri.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, v. p. 147-166. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/334112602/CARLOS-ANA-FANI-a-Producao-Do-Espaco-Urbano-Resenha/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. O Estado como indutor das transformações do espaço urbano da cidade de Cuiabá. **Anais - XVI Encontro nacional dos geógrafos**. Crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças. Espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, jul. 2010.